

Discurso de agradecimento pela atribuição do prémio AICA 2020

Désirée Pedro

Gostaríamos de começar por cumprimentar

O Senhor Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Média, Dr. Nuno Artur Silva;

O Senhor Diretor-geral da Direção Geral das Artes, Dr. Américo Rodrigues;

O Presidente do Conselho de Administração da Fundação Millenium BCP, Senhor Embaixador António Monteiro, a quem a Bienal de Coimbra tanto deve;

À Presidente da AICA, Arquiteta Ana Tostões;

Através da Dra. Sandra Vieira Jürgens, Presidente do Júri que atribuiu este prémio, cumprimentamos todos os seus elementos;

Um cumprimento especial ao pintor Eduardo Batarda – que honra podermos partilhar este prémio consigo!

Cumprimentamos também a senhora vereadora da cultura de Miranda do Corvo, Dra. Marilene Rodrigues e a Dra. Margarida Coimbra que tiveram a amabilidade de vir assistir a esta cerimónia;

Cumprimentamos por fim o Tomé e o José, os amigos e todos os restantes presentes.

Chegámos definitivamente ao Corvo em 1996 com a ressonância da nossa formação iniciada no Círculo de Artes Plásticas de Coimbra, na Escola de Arquitetura do Porto no fim da partilha de um espaço com as Belas Artes e com “a vida é obra” de Joseph Beuys. Nunca teorizámos, nem escarpelizámos porque escolhemos viver e trabalhar no Corvo. Simplesmente aconteceu e abraçámos esse desígnio, porque se o lugar onde se trabalha georreferencia e contextualiza, para nós esse assunto não era e não é relevante. O Corvo é uma aldeia na periferia de Miranda do Corvo, periferia de Coimbra, num país periférico.

Percebemos rapidamente que o campo é suburbano e que precisa urgentemente de ter urbanidade. Percebemos ainda que quem vive no campo não o romantiza nem como paraíso, nem como inferno. Pragmaticamente usa-o e tudo é encarado utilitariamente, sem hostilidade ou benevolência.

Analisar e perceber o contexto é uma das premissas essenciais ao desenvolvimento do projeto de arquitetura, como sabemos. Ajustar e afinar a ação à medida do programa e do território, com disponibilidade para falhar e corrigir, para procurar, é condição para acertar. É uma caminhada de longa duração, com intensidade e velocidade instável, com a ambiguidade de misturar e confrontar:

o que está dentro e o que está fora, o cheio e o vazio, a luz e a sombra, e tantos outros pares antagônicos, mas absolutamente complementares que por isso mesmo criam os interstícios, o intervalo. Irei partir de alguns destes pares, para contextualizar sumariamente as duas obras referidas na ata de atribuição deste prémio.

Senso, galeria efémera para dias de clausura.

Com o confinamento a vida que todos vivíamos mudou. Colocou-se-nos de imediato a questão de como poderíamos continuar a fazer as coisas que fazíamos e que nos eram essenciais. Ocorreu-nos que poderíamos usar a janela, como o espaço entre o dentro e o fora, entre o que é público e visível e o que está dentro e é íntimo. Esse espaço entre, lugar dual só se poderia chamar Senso: pela a capacidade de pensar e raciocinar a par da faculdade de sentir, mas também porque fixámos no exterior da nossa casa/atelier entre as duas portas, uma pedra que por um feliz acaso encontrámos uns tempos antes e na qual gravámos com a fonte Trajano, a palavra *senso*. Essa pedra de fecho de um arco, é simbolicamente um elemento-chave da construção, a pedra que garante a estabilidade de um arco que conforma um vão.

Nos dois vãos do atelier mostrámos projetos nossos e obras de artistas, a que tínhamos acesso em tempo de clausura. Escolhemos uma porta para expor os artistas, que revelaram uma disponibilidade imediata para mostrar as suas obras e outra para expor alguns dos nossos trabalhos. Entre as duas janelas estabeleciam-se diálogos improváveis, relações de geometria complexa e instável através de um dispositivo cenográfico multiusos, cavalete-tela-biombo-parede-vitrina com ou sem plinto, para mostrar obras que pudessem ser vistas por quem passa na nossa rua ou quem visita o Instagram. Quem ainda cruzava a rua para a realização de trabalho agrícola, em trator ou a pé, ou em passeios higiénicos tornados correntes no confinamento, o ritmo das exposições, as cenografias nas duas portas, despertavam uma disponibilidade que não teria sido possível noutras circunstâncias. Antes de seguir caminho a paragem para ver e ler o que não temos tempo, passou a ser normalidade. Foi uma oportunidade de trocar cruzar o interior com o exterior, de renovar energias, de ter o par arquitetura e arte, lado a lado, como existem para nós.

Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus em Condeixa

Este conjunto hospitalar tem sofrido ao longo dos anos, danos irreparáveis à sua integridade formal e espacial, em prol dum funcionalismo circunscrito a problemas parciais sem ter em conta o contexto geral da estrutura edificada. Dito isto, considerámos que a encomenda de

renovar o edifício Bento Menni e criar um novo edifício Administrativo/ Recepção deveria ser a oportunidade de repor inteligibilidade ao conjunto, através dos espaços comuns de distribuição e estar, públicos e semi-públicos.

Integrados num grande complexo da Casa de Saúde das Irmãs Hospitaleiras de Condeixa, propusemos um conjunto de três edifícios funcionalmente autónomos que procuram uma unidade formal – um maciço rochoso, uma montanha artificial - que exige uma representatividade urbana e simbólica, que não existia antes. Clarificando a relação com o resto do grupo, a solução revaloriza a centralidade da igreja pré-existente na praça de recepção do recinto.

O percurso entre estas três unidades formais foi concebido como uma *promenade architectural*, começando na praça exterior de recepção e terminando na cobertura do edifício Bento Menni.

Este edifício tinha uma estrutura funcional e espacial inadequada aos requisitos que uma unidade de saúde deve satisfazer nos dias de hoje, necessitando por isso de uma profunda mudança.

Todas as paredes exteriores e interiores foram demolidas e apenas os elementos estruturais, pilares, vigas e lajes existentes foram mantidos e revelados. Este princípio da estrutura visível foi trazido também para as novas edificações, sendo simultaneamente esqueleto e pele, interior e exterior, dentro e fora. A reorganização espacial girou em torno de generosos e luminosos espaços de circulação e de estar de dimensões variáveis que permitissem a criação de espaços informais, em contraste com a habitual frieza de espaços de circulação de outras unidades de cuidados de saúde.

Pretendemos sempre iniciar todos os projetos como se mergulhássemos em apneia, sem o oxigénio da experiência que fomos acumulando, e ao agir como se nunca tivéssemos feito outros antes acabámos por descobrir que há certas constantes no nosso pensamento e ação que dão continuidade ao nosso trabalho.

A diluição entre o público e o privado, a valorização dos espaços de partilha, dos espaços de encontro, dos espaços comunitários, dos espaços intersticiais, são a constante que perseguimos na nossa investigação.

Muito obrigada.

Carlos Antunes

Tenho sentimentos contraditórios em relação aos prémios. O Prémio AICA, o seu histórico assim o demonstra, é um prémio de elevado prestígio que até me faz recear que a sua atribuição ao Atelier do Corvo possa indiciar o início do seu declínio. É quase intimidatória a lista dos que nos precederam.

E recebê-lo em simultâneo com o pintor Eduardo Batarda, um artista que tanto admiramos, torna este momento ainda mais singular.

Para um criador um prémio não deve ser mais que uma estalagem no percurso de um peregrino, um lugar de pausa, de reflexão, para logo seguirmos o caminho previamente definido.

Cruzados os cinquenta anos já só queremos fazer o nosso trabalho sem perturbações, sem circos mediáticos.

Temos dividido o nosso tempo entre a direção do Círculo de Artes Plásticas de Coimbra, a Bienal de Coimbra, o ensino da Arquitetura na Universidade de Coimbra e o Atelier do Corvo, onde trabalhamos e vivemos. Porque este prémio reconhece principalmente o trabalho desenvolvido por este Atelier, hoje venho falar-vos na nossa relação com território a partir do qual olhamos para o mundo.

Vivemos discretamente numa pequena aldeia chamada Corvo que tem esta ressonância moderna, de Corbu, Le Corbusier, no concelho de Miranda do Corvo.

Este lugar de onde vimos pertence a esse território difuso que designamos por interior, província ou campo.

“O campo é o lugar onde paro para mijar na viagem entre duas cidades”, assim se referia ao campo o arquiteto Manuel Vicente, no seu registo vernáculo e politicamente incorreto, ainda sem a agenda ecológica e o green deal, citado posteriormente pelo artista António Olaio, nosso bom amigo, aqui presente, num breve texto que escreveu em 2012 intitulado “Toda a verdade sobre o Atelier do Corvo”, desmontando muitos dos equívocos que se tem construído em torno do nosso trabalho, a exaltação pastoral de um regresso bucólico a uma plácida primitividade que o campo assegura, a fuga à cidade, a prática da arquitetura como resistência.

Nada mais distante da verdade: a resistência é a mais nobre das categorias, em particular em situações limite, mas pode facilmente ser utilizada como argumento para ocultar procedimentos que são mais reacionários do que resistentes.

Nunca como agora ouvimos tanta gente a reclamar para si o estatuto de resistente.

É preciso usar com muita parcimónia a palavra resistência, uma das mais respeitáveis que conhecemos, repito.

Mais do que “fazer contra”, privilegiamos “fazer com”, negociando permanentemente - o que é bem diferente de “procurar consensos” - defender o nosso ponto de vista, saber ouvir outros pontos de vista.

Mais do que resistentes - que por pudor não seremos jamais capazes de nos designar - preferimos a categoria de Existentes, no sentido de exigir uma existência plena, fazendo acontecer.

Este prémio teve um efeito extraordinário no território de Miranda do Corvo e nada mais tocante e motivador que ver a alegria nos olhos dos seus habitantes ou do lugar do Corvo, por verem a referência ao reconhecimento do trabalho de dois dos seus concidadãos e por essa via, referência à sua terra nos jornais que trazem notícias de um mundo que lhes é tão distante como a lua, que sistematicamente os ignora, ou onde apenas são notícia pelos incêndios que lhes leva o pouco que têm.

E esse território estigmatizado como “interior” ou “província” resignou-se a essa condição subsidiária resistindo, por razões que se compreendem, às práticas culturais contemporâneas, sinais desse mundo civilizado e distante que os olha com sobrançeria.

Tem sido difícil, muito difícil fazer arquitetura a partir deste contexto, não nos iludamos e devemos aos sucessivos executivos camarários a possibilidade de ir concretizando obra, é justo que o digamos - é escassíssima a nova obra privada em Miranda do Corvo.

Quebrar este ciclo de reserva – ética, moral e estética – obriga-nos, como perceberão, a uma firme determinação: fazer o que julgamos dever ser feito, propor alternativas mais do que rejeitar ou resistir, “baralhar e dar de novo”, oferecer o que não é espectável, e ainda assim, saber ouvir, e sobretudo, procurar compreender, porque antes de sermos marinheiros temos de ser náufragos, como nos lembra continuamente o nosso amigo Vasco Santos.

Ao longo destes 25 anos temos encontrado gente extraordinária, totalmente focada na causa pública que lutou toda a vida pela dignificação da existência das populações, reclamando por saneamento, passeios, lugares para a cultura e o lazer, coisas simples que lhes garantem o acesso à civilidade, gente que faz acontecer.

Vivemos uma época sombria, debaixo de uma distorcida ideia de participação, promovendo consensos medíocres que, tentando agradar a todos, criam monstros desarticulados que não agradam e não servem ninguém.

Ouvindo todos, em arquitetura cabe aos arquitetos a responsabilidade da síntese. E talvez fosse a isto que Távora se referia quando nos recorda a necessidade de perceber bem a diferença entre composto, mistura e mixórdia.

Só a urbanidade nos interessa. E a urbanidade tem o seu início na sábia organização territorial que permite que dois fogos, duas unidades de habitação contíguas, possam coexistir em harmonia, clarificando as relações entre si. A urbanidade existe na definição do que é o espaço privado, e principalmente, do que é o espaço público, para que o somatório de um mais um seja sempre maior que dois.

Sabemos que a complexidade presente na relação entre duas casas ou num qualquer território de baixa densidade é substancialmente diferente daquela que se coloca em qualquer cidade ou metrópole.

Nos últimos vinte e cinco anos não temos feito senão reivindicar urbanidade, conferir urbanidade a todos os lugares onde temos vindo a operar, seja nas propostas para os museus do Cairo, o World Trade Center de Nova York, ou para o lugar do Corvo, onde, como vos disse, vivemos e trabalhamos.

Um arquiteto é sempre um construtor, “pedreiro de obra grave”, cito outra vez Távora, um Ser Urbano, na bela formulação de Nuno Grande, aqui presente, a propósito de Nuno Portas, esse amante incondicional das cidades. Um arquiteto é alguém que acredita na construção como a reificação de um discurso erudito que permite a criação da vida em comum, a comunidade. Por isso um arquiteto, não se permitindo ser inocente, é fatalmente um otimista.

Nunca como agora as cidades foram tão atacadas, tomadas como a raiz de todos os males.

“Will fares the land”, assim anunciava Tony Judt, parafraseando Oliver Goldsmith, num texto de 1770. (são antigos os nossos problemas!)

Também as cidades, como organismos vivos, necessitarão de cura e reparação. Mas só as cidades, melhor, só os aglomerados urbanos, certamente de densidades muito diversas, poderão responder com eficácia aos problemas de um planeta habitado por 7 biliões de pessoas, não tenhamos ilusões.

Uma falsa ideia salvífica continua a promover fluxos migratórios internos para a capital do país, empobrecendo-a, ao contrário do que nos querem fazer acreditar e que os últimos censos o demonstram, assim empobrecendo também o resto do país, tornando este território um lugar de desesperança. Esta preocupação toma conta de parte substancial dos nossos dias, nas eternas conversas com o José António Bandeirinha, a Teresa e o Zé Reis, que continuamente nos alertam para esta realidade.

Não é admissível continuar a aceitar a ideia que nos têm vindo a vender de um país dividido entre litoral e interior.

Que para lá de um hipotético reconhecimento da qualidade da sua arquitetura, o trabalho de um pequeno atelier localizado neste interior seja motivo de surpresa por esta sua condição geográfica é em si mesmo um sinal que nos deveria desassossegá-los a todos. Se estivéssemos localizados em qualquer pequeno lugar de um país centro europeu, a questão não se colocaria. Talvez encontre aqui a 1ª razão para ali permanecermos: normalizar o que deveria já estar normalizado.

“Os piores sonhos são aqueles que não ousámos sonhar”, assim avisava Eduardo Prado Coelho referindo-se à limitação autoimposta que caracterizou o período traumático anterior ao 25 Abril de 1974.

Mais do que certezas, temos dúvidas, temos sempre muitas dúvidas e desconfiamos dos que apresentam à discussão envoltos num escudo protetor de verdade.

Sabíamos que a opção de ir morar para o lugar do Corvo, reocupando uma casa da família há décadas desocupada, nos colocaria limitações de centralidade e de criação de redes que nos permitiriam trabalho regular. E receámos que essa opção pudesse retirar aos filhos que já então desejávamos vir a ter, o Tomé e o José, aqui presentes, a experiência de uma urbanidade mais contundente. Mas eles trouxeram até nós a sua rede de amigos. E porque estes amigos cresceram também entre os nossos estiradores, os nossos colaboradores, os nossos livros, os nossos filmes e algumas obras de arte que fomos adquirindo, estes meninos

de Miranda do Corvo puderam ter acesso a uma informação que lhes estaria provavelmente vedada. E por essa via incorporaram nas suas vidas conhecimento erudito tornado sendo comum, como refere Boaventura de Sousa Santos no seu Discurso sobre as ciências. E na faculdade desse conhecimento que antes lhes estaria vedado, e por ali terem crescido, por terem sido voluntários da Bienal de Coimbra, ser artista ou ser arquiteto passou a ser uma possibilidade de futuro para esses meninos: Le Corbusier, Richard Serra, Alberto Carneiro, José Pedro Croft, Rui Chafes, Stanley Kubrick ou Álvaro Siza, passaram a ser nomes tão familiares como qualquer outra personagem da sua vasta cultura pop. Por esse desassombramento, o Isaías, um desses meninos que sonhava então vir a ser arquiteto, nomeou o seu cão Siza. Um cão chamado Siza poderia ser o título deste discurso atabalhado, um cão chamado Siza poderá ser um lugar de esperança.

E talvez seja esta a principal razão para permanecermos ali.